INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 18/10 A 22/10



Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL



CENÁRIO

A semana no Congresso Nacional pode trazer grandes impactos positivos e negativos para o Governo Federal. A CPI da Pandemia tinha previsão de leitura de seu relatório nesta semana, mas adiou o feito, e realiza hoje audiência pública para ouvir vítimas da covid-19. A previsão é de que o relatório ataque frontalmente a gestão do governo federal no combate à pandemia.

Na Câmara dos Deputados a PEC dos Precatórios pode ser aprovada na Comissão Especial e em Plenário ainda nesta semana. A medida é fundamental para abrir espaço nos recursos de 2022 para uma movimentação eleitoral do governo, e também para bancar a manutenção do valor atual de 300 reais do auxílio emergencial, que pode se tornar uma complementação do Bolsa Família, caso o Auxílio Brasil não avance. Além disso, a PEC retira do governo o “sufoco fiscal” que é previsto para o próximo ano.

Com a aprovação do novo modelo de tributação sobre combustíveis na última semana, os deputados podem se voltar à PEC 5/2021, que altera a composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e exige que o Ministério Público crie, em 120 dias, um código de ética que vise combater abusos e desvios de seus integrantes.

Já na pauta da Câmara, de interesse direto do setor de comércio e serviços está o PL 1026/2021 - "determina que o índice de correção dos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do País – IPCA".

Na pauta do plenário do Senado Federal para esta semana, o destaque fica para a PEC 17/2019, que inclui a proteção de dados pessoais como direito fundamental, e torna a legislação sobre a matéria competência da União, limitando a ação de estados e municípios sobre o tema, que poderia gerar legislações conflitantes. A medida é originária do Senado e foi alterada pela Câmara dos Deputados.



PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

TERÇA-FEIRA (19)

15h - PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLP 27/2020 - do Sr. Arnaldo Jardim - que "altera a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo".
Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

PL 1026/2021 - do Sr. Vinicius Carvalho - que "determina que o índice de correção dos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do País – IPCA". Explicação: Altera a Lei no 8.245, de 1991.
Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS))

9h - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

PEC 7/2020 - do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança - que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências".
RELATOR: Deputado CARLOS JORDY.
PARECER: pela admissibilidade, com emenda.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 2091/2015 - do Sr. Augusto Coutinho - que "acrescenta-se o seguinte parágrafo segundo ao artigo 83 no Código de Defesa do Consumidor, que determina que os acordos firmados nos institutos de defesa do consumidor (PROCON) sejam dotados de título executivo extrajudicial".
RELATOR: Deputado AUREO RIBEIRO.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, com substitutivo.
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)



9h30 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

PL 3083/2019 - do Sr. Marcos Pereira - que "altera os arts. 642-A e 883 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, para dispor sobre a penhora sobre o faturamento da empresa".
RELATOR: Deputado SILVIO COSTA FILHO.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 626/2021 - do Sr. Lucas Gonzalez - que "altera-se Lei No 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contratação de pessoas com deficiência".
RELATOR: Deputado KIM KATAGUIRI.
PARECER: pela aprovação.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

14h - COMISSÃO ESPECIAL - PEC 023/21 - MODIFICA REGIME PRECATÓRIOS DA UNIÃO (PEC02321)

PEC 23/2021 - do Poder Executivo - que "altera os art. 100, art. 109, art. 160, art. 166 e art. 167 da Constituição e acrescenta os art. 80-A e art. 101-A no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.
PARECER: pela aprovação da PEC no 023/21, com substitutivo.
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)

QUARTA-FEIRA (20)

9h - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

PL 647/2021 - do Sr. Altineu Côrtes - que "estabelece prazo máximo para a restituição do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, enquanto reconhecida a ocorrência de estado de calamidade pública".
RELATOR: Deputado VINICIUS GURGEL.
PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei no 647/2021, e do PL no 1.162/2021, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PL no 647/2021, com substitutivo; e pela rejeição do PL no 1.162/2021, apensado.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 401/2020 - do Sr. Gilson Marques - que "altera a Lei no 9.532, de 10 de dezembro de 1997, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências, para dispor sobre os recintos alfandegados".
RELATOR: Deputado ALEXIS FONTEYNE.
PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)*9h30 - SESSÃO DELIBERATIVA*

13h- COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

PLP 99/2020 - do Sr. Vermelho - que "institui Programa Especial de Isenção Tributária Condicionada e reabertura de prazo de parcelamento, permitindo que o gasto com funcionários seja compensado em benefícios tributários, nos termos do Código Tributário Nacional, no período de vigência da Lei nº 13.979, de 2020, em razão do enfrentamento da

calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19)".
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela rejeição deste, do PLP 100/2020, do PLP 139/2020, e do PLP 72/2021, apensados.
Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer (FCS)

PLP 130/2020 - do Sr. Mário Heringer - que "institui o Programa Especial de Regularização Tributária
decorrente da crise causada pela pandemia da Covid-19 (Pert-Covid)".
RELATOR: Deputado JOSÉ RICARDO.
PARECER: pela aprovação, com emendas.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PLP 238/2020 - do Sr. Reginaldo Lopes - que "autoriza o governo Federal a anistiar temporáriamente dividas
tributárias federais de Micro e Pequenas Empresas e MEI no montante máximo de R$5.000,00 acumuladas até 31/12/2020".
RELATOR: Deputado HELDER SALOMÃO.
PARECER: pela aprovação.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 2799/2020 - da Sra. Maria Rosas - que "dispõe sobre a higienização das mãos nas entradas de estabelecimentos comerciais, manufatureiros e de serviços durante a emergência de saúde pública motivada pela Covid-19. "
RELATOR: Deputado GUIGA PEIXOTO.
PARECER: pela rejeição.
Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer (FCS)

PL 8168/2017 - do Sr. André Figueiredo - que "altera o Código de Processo Civil e a Lei no 12.529, de 30 de novembro de

2011, tornando infração da ordem econômica as condutas abusivas em contratos particulares, e tornando ineficazes as cláusulas abusivas de modificação de foro".
RELATOR: Deputado JOSÉ RICARDO.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 1118/2019 - do Sr. Marreca Filho - que "obriga hipermercados, supermercados e estabelecimentos similares a disporem de local específico para a venda de produtos provenientes da agricultura familiar".
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela aprovação deste e do apensado PL 4920/2019, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor.
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 3210/2019 - da Sra. Edna Henrique - que "veda a conferência de produtos em supermercados após a realização do pagamento pelo consumidor".
RELATOR: Deputado GLAUSTIN DA FOKUS.
PARECER: pela rejeição.
Posicionamento: Contrário ao projeto; favorável ao parecer (FCS)

PL 4238/2019 - do Sr. Felipe Rigoni - que "altera a Lei no 12.592, de 18 de janeiro de 2012, que "Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador", para suprimir a intervenção obrigatória dos sindicatos nos contratos de parceria".
RELATORA: Deputada JOENIA WAPICHANA.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)



PL 4344/2019 - do Sr. Paulo Bengtson - que "dispõe sobre a informação acerca de danos potenciais associados a iluminação domiciliar e industrial".
RELATOR: Deputado AMARO NETO.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 5376/2019 - da Sra. Dra. Soraya Manato - que "veda a inclusão de taxa de serviço, na conta do consumidor, por estabelecimentos que comercializem alimentos na modalidade autosserviço".
RELATOR: Deputado MARCO BERTAIOLLI.
PARECER: pela rejeição.
Posicionamento: Contrário ao projeto; favorável ao parecer (FCS)

PL 478/2020 - do Sr. Denis Bezerra - que "proíbe a destruição de produtos não perecíveis não comercializados ou devolvidos pelo consumidor".
RELATOR: Deputado MARCO BERTAIOLLI.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Contrário ao projeto; favorável ao parecer (FCS)

PL 742/2020 - do Sr. Helder Salomão - que "suspende o pagamento de parcelas de empréstimos de Cooperativas Solidárias, Empreendimentos Econômicos Solidários, Micro Empreendedores Individuais e Micro e Pequenas Empresas".
RELATOR: Deputado JOSÉ RICARDO.
PARECER: pela aprovação, com emenda.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 2383/2020 - do Sr. Wladimir Garotinho - que "cria o Fundo Nacional de Proteção Contra a Inadimplência".

RELATOR: Deputado GUIGA PEIXOTO.
PARECER: pela rejeição.
Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer (FCS)

PL 2778/2020 - do Sr. Cássio Andrade - que "dispõe sobre medidas de prevenção em períodos que sejam declarados pandemia pela Organização Mundial da Saúde-OMS nos estabelecimentos comerciais que especifica".
RELATORA: Deputada JOENIA WAPICHANA.
PARECER: pela aprovação deste, e do PL 2423/2021, apensado, com substitutivo.
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 3728/2020 - do Sr. Juninho do Pneu - que "dispõe sobre os canais de atendimento das academia, prestadores de serviços esportivos e outros".
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela aprovação.
Posicionamento: Acompanhar (FCS)

PL 4944/2020 - da Sra. Luisa Canziani - que "altera a Lei do Bem – Lei no 11.196, de 2005, para permitir que o excedente do percentual dos dispêndios com pesquisa tecnológica excluído do lucro líquido das empresas possa ser aproveitado em exercícios subsequentes, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado JOAQUIM PASSARINHO.
PARECER VENCEDOR: Parecer Vencedor, Dep. Joaquim Passarinho (PSD-PA), pela rejeição.
Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer (FCS)

PL 5632/2020 - do Sr. José Airton Félix Cirilo - que "dá nova redação e acrescenta paragrafo 1o ao artigo 1155
do Código Civil, onde será proibido o uso de nome de empresas em expressões de língua estrangeira"
RELATORA: Deputada ALÊ SILVA.
PARECER: pela rejeição.
Posicionamento: Contrário ao projeto; favorável ao parecer (FCS)

PL 690/2021 - do Sr. Carlos Bezerra - que "altera os arts. 102 e 103 da Lei no 11.101, de 9 de fevereiro de 2005,
que “Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária”, para
fins de estabelecer novas regras de inabilitação do falido e de gestão da massa falida".
RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.
PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 695/2021 - do Sr. Carlos Bezerra - que "altera a Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, para efeitos da apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, das despesas com brindes".
RELATOR: Deputado ALEXIS FONTEYNE.
PARECER: pela rejeição.
Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer (FCS)

PL 1142/2021 - da Sra. Renata Abreu - que "altera o Decreto-Lei no 1.578, de 11 de outubro de 1977, para
determinar a cobrança do Imposto sobre a Exportação nos casos comprovados de desabastecimento de
produtos e de insumos no mercado interno decorrente de exportações excessivas".

RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela rejeição.
Posicionamento: Contrário ao projeto; favorável ao parecer (FCS)

QUINTA-FEIRA (21)

9h - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

Não haverá reunião deliberativa nesta semana. Para o horário, foi convocada audiência pública na Comissão de Defesa do
Consumidor, para debater o tema: Alta no preço dos combustíveis.



PAUTA DO SENADO FEDERAL

TERÇA-FEIRA (19)

16h - PLENÁRIO

PEC 17/2019 - do Eduardo Braga - MDB (AM)- que "Altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.".
Relatora: Senadora Simone Tebet.
Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

10h30 - COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR (CTFC)

PLS 374/2017 - Altera a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor.
Relator: Senador Renan Calheiros
Relatório: Pela aprovação
Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)

QUARTA-FEIRA (20)

16h - PLENÁRIO

PL 2477/2021- Dispõe sobre as medidas de proteção ao trabalhador, em seu retorno, reinserção e continuidade no ambiente de trabalho, durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

Relator: Senador Otto Alencar.
Posicionamento: Contrário ao projeto (FCS)

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR (SENACON/MJSP)

QUINTA-FEIRA (21)

10h - A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça e Segurança Pública realizará Audiência Pública para discutir e propor alternativas para a composição do conceito de "mínimo existencial", previsto na regulamentação da Lei 14.181/2021 (Lei do Superendividamento), com o objetivo de definir a porcentagem de comprometimento da renda familiar que determina o superendividamento.

As inscrições estão abertas pelo formulário até as 18h do dia 20/10. Manifestações por escrito poderão ser apresentadas até o dia 25/10 através do e-mail dpdc.senacon@mj.gov.br. A audiência será transmitida pelo canal oficial do MJSP no YouTube.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 18/10 A 22/10





AGENDA LEGISLATIVA DA SEMANA

ALAGOAS
Plenário I Deliberativa
PL 504/2021 | Íntegra - Relatório - Positivo
Do dep. Cabo Bebeto (PTC), dispõe sobre a proibição da suspensão de serviços básicos e essenciais de fornecimento de água tratada e energia elétrica por inadimplemento durante crises sanitárias nacionais, inclusive a do coronavírus, covid-19 no estado de alagoas. O
parecer do relator, dep. Galba Novaes (MDB), é pela aprovação.

ESPÍRITO SANTO
Comissão de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos I Deliberativa
PL 543/2020 | Íntegra - Relatório indisponível - Neutro
Do dep. Marcos Garcia (PV), (Consumidor) Dispõe sobre a necessidade dos prestadores de serviço informar antecipadamente ao consumidor o fim dos prazos ou vigência dos descontos, promoções ou vantagens temporárias.

PERNAMBUCO
Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo
PL 2716/2021 | Íntegra - Relatório indisponível - Neutro
Do dep. William Brigido (Republicanos), que altera a Lei nº 16.534, de 9 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre a proibição do corte de fornecimento de água, energia elétrica, gás canalizado e telefone às unidades consumidoras inadimplentes em datas específicas, originada de projeto de lei do Deputado Ricardo Costa, a fim de obrigar as Concessionárias de água e luz oferecerem a opção de pagamento antes da suspensão do serviço, no ato do corte. O projeto está pautado para designação de relatoria.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL Sistema CNDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

